

LEVANTAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NA BACIA DO JAGUARIBE EM JOÃO PESSOA E SUAS POSSÍVEIS AÇÕES MITIGATÓRIAS

CLAYRISTON SOUSA ALVES¹; MARIA SALLYDELÂNDIA SOBRAL DE FARIAS²; ALINE DE FARIAS ARAÚJO³.

RESUMO: A degradação ambiental sucedida após a década de 70 vem ganhando especial atenção nas rodadas que discutem os rumos das políticas mundiais, a degradação dos recursos hídricos tem um peso bastante alto nestas reuniões, pois implica no comprometimento da qualidade de vida das populações que dependem destas fontes para sua subsistência. A cidade de João Pessoa cortada pelo rio Jaguaribe, área bastante comprometida pelo veloz crescimento da cidade e pela incompatibilidade entre este crescimento e as políticas públicas ambientais, econômicas e habitacionais, causando assim enorme degradação deste importante curso d'água acarretando problemas às populações que habitam em seu entorno, sejam estas legais ou improvisadas. O objetivo deste trabalho é citar alguns dos inúmeros impactos gerados pela ação antrópica irresponsável na bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe no decorrer do período em que se deu esta pesquisa e tentar apresentar algumas possíveis medidas mitigatórias aos danos ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Poluição hídrica, rio Jaguaribe, efluentes domésticos.

ABSTRACT: The environmental degradation successful after the 70's has been gaining attention in the rounds to discuss the direction of world policy, the degradation of water resources has a very high weight in these meetings, because it implies in the quality of life that depend these sources for their livelihood. The city of João Pessoa is cut by the Jaguaribe River, an area compromised by the very rapid growth of the city and the incompatibility between this growth and public policy environment, economic and housing, thereby causing huge deterioration of this important water course causing problems to people living in their surroundings, be they legal or improvised. The purpose of this paper is to present some of the many impacts generated by irresponsible human action in the basin of Rio Jaguaribe during the period in which this research was to try and present some possible actions to mitigate the environmental damage.

KEYWORDS: water pollution, Jaguaribe River, domestic effluents.

1. INTRODUÇÃO

“Um dia a Terra vai adoecer. Os pássaros cairão do céu, os mares vão escurecer e os peixes aparecerão mortos na correnteza dos rios. Quando esse dia chegar, os índios perderão o seu espírito. Mas irão recuperá-lo para ensinar ao

¹ Aluno do curso de graduação em Engenharia Ambiental pela Faculdade Unida da Paraíba - UNIPB. E-mail: Clayriston@gmail.com

² Prof^a Dr^a. Departamento de Engenharia Agrícola - UFCG, Rua da Aurora, 274., apto.402, Miramar. CEP: 58043-270. João Pessoa – PB. E-mail: sally_farias@yahoo.com.br;

³ Aluno do curso de graduação em Direito pela UFPB. E-mail: sally_farias@yahoo.com.br

homem branco a reverência pela sagrada terra. Aí, então, todas as raças vão se unir sob o símbolo do arco-íris para terminar com a destruição. Será o tempo dos Guerreiros do Arco-Íris.” (Profecia feita há 200 anos por Olhos de Fogo, uma velha índia Cree, compreendida como sabedoria popular americana).

Com o crescimento das cidades e das populações, o aumento da pobreza e a falta de consciência ecológica, trouxeram os rios urbanos ao patamar em que se encontram hoje. Um quadro desolador, observando-se a degradação desde suas nascentes a suas fozes. Ocorre o assoreamento de seus leitos a contaminação por efluentes industriais.

A proteção legal que essas áreas estão submetidas, quer seja na esfera federal (“Código Florestal, lei n° 4.771, 15.09.1965), estadual (Constituição Estadual de 1989) ou municipal (Código de Urbanismo, 1975, e Plano Diretor, 1992), estando, porém submetida a intenso processo de degradação ambiental. Os entes governamentais, membros de órgãos públicos e a população em geral são tão culpados quanto os efetivos degradadores desses ecossistemas, pois se omitem diante do problema gerando uma sensação de impunidade.

A bacia do Jaguaribe - Timbó é totalmente intra-urbana. As transformações por que ela vem passando são decorrentes dos processos de expansão urbana que, em pouco tempo, tem apagado os traços de ruralidade que a caracterizavam, mas cujas permanências ainda são evidentes. O uso do solo em interação aos componentes naturais vem alterando, consideravelmente, a qualidade do meio ambiente e o quadro de vida das populações situadas na área. Os processos de urbanização, por sua vez, têm provocado sérios impactos sobre o meio natural, além dos problemas sociais decorrentes da pobreza geral das populações que ali se instalaram.

Essas populações são, em parte, responsáveis pela aceleração da erosão nas encostas, descaracterização da cobertura vegetal, poluições diversas e os conseqüentes riscos de doenças advindas de poluições e das ações inadvertidas da população sobre o meio físico. Além disso, os terrenos invadidos e ocupados são, na sua grande maioria, de preservação permanente ou de propriedade privada, o que tem gerado problemas legais de posse.

O objetivo deste trabalho é mostrar alguns dos impactos gerados pela ação antrópica junto à bacia do rio Jaguaribe e sugerir alguma ação mitigatória ou paliativa de maneira mais imediata ou em longo prazo.

2. METODOLOGIA

O rio Jaguaribe e seu afluente, o Timbó, formam uma pequena bacia hidrográfica, típica da zona costeira e sub-costeira sedimentar do Nordeste Oriental e encontra-se totalmente inserida na microrregião de João Pessoa. Localizando entre a Nordeste Oriental com aproximadamente 34 km² coordenadas (UTM) 9216000mN/299000mE e 9206000mN/287000mE. Limita-se a leste com o Oceano Atlântico, a oeste com a bacia do rio Marés, ao norte com a bacia do rio Mandacaru e bacia do rio Sanhauá e ao sul com a bacia do rio Cuiá. A bacia se encontra totalmente inserida na microrregião de João Pessoa-PB, e o rio segue praticamente cortando a cidade ao meio.

O rio Jaguaribe nascia originalmente em uma lagoa ao sul de João Pessoa numa altitude de 22m, que hoje se encontra aterrada devido à construção do Conjunto Residencial Esplanada, como iniciativa do Governo do Estado. Seu curso

d'água possui uma extensão aproximada de 21 km desde sua nascente até a desembocadura original no Maceió. Este, divide o bairro do Bis e de Intimares, divisa dos municípios de João Pessoa e Cabe delo, possuindo uma declividade média da ordem de 0,0016 m/m.

Seus principais afluentes são: o Timbó, pela margem direita, e o riacho dos Macacos, na margem esquerda, hoje desaparecida em razão da expansão do bairro da Torre e de parte do bairro de Jaguaribe. Pequenos córregos e drenos completam o sistema de drenagem da bacia (MELO 2001).

Até 1910 a lagoa dos Irerês (atual Parque Sólon de Lucena) era uma barreira física para a expansão da cidade, restando dois vetores distintos de crescimento, um no sentido Leste, atual Av. Ruy Carneiro, e outro no sentido Sudeste, atual Av. Pedro II (RODRIGUEZ, 1994).

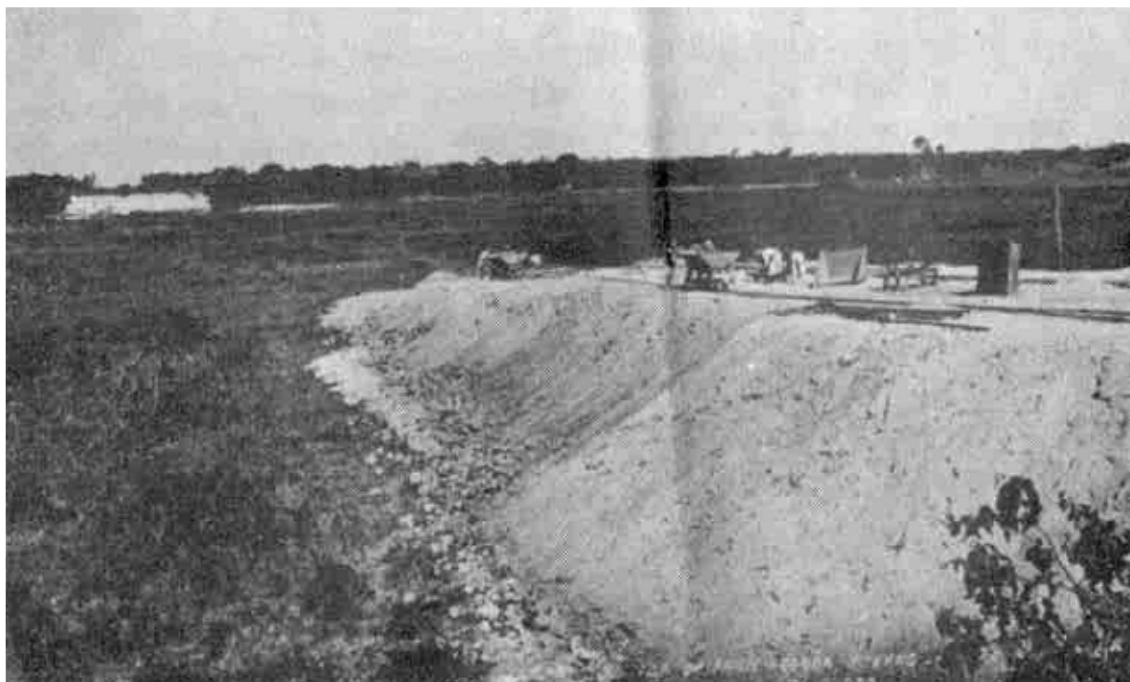
Somente após a execução do projeto de saneamento na década de 1920, o local deixou de ser um entrave ao desenvolvimento da cidade tornando possível a abertura de avenidas e o surgimento de bairros. Na busca desse desenvolvimento e coerente com o novo modelo da reforma urbana que vinha sendo empregado em várias cidades do país, tendo por base o trinômio sanear, embelezar e circular, João Pessoa começou a vivenciar um intenso parcelamento do seu território.

Durante os meses de setembro, outubro e novembro foram feitas cinco visitas as áreas estudadas, correspondentes à comunidade do Cristo Redentor, Oitizeiro e Três lagoas na BR 203, Cristo Redentor e Boa esperança, Rangel e Castelo Branco, Comunidade São Rafael, Bairro de Miramar, Cabo-Branco, Manaíra e Bessa e Intermares, todos situados na cidade de João Pessoa. Exceto o bairro de Intermares que é situado no município de Cabedelo.

Foram ouvidas 39 pessoas moradoras das áreas citadas, de maneira informal, com o objetivo de conhecer os problemas encontrados ao longo do rio, sua consciência ambiental e ecológica entre outros aspectos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do crescimento da malha urbana no sentido leste, pela implantação da Av. Pres. Epitácio Pessoa, verificou-se a consolidação do antigo caminho em direção às praias. Essa expansão esteve diretamente relacionada com a implantação de atividades comerciais e ao surgimento de bairros elegantes e providos de infra-estrutura urbana, a exemplo do Bairro dos Estados e Expedicionários, e posteriormente, o bairro de Miramar, responsáveis pelo adensamento das áreas litorâneas. Ainda com o objetivo de atingir o litoral verificou a consolidação da estrada dos Macacos (em direção a Mata do Buraquinho) através da implantação da Av. Pedro II. Fato que possibilitou a incorporação do núcleo inicial do bairro da Torre à malha urbana, área onde predominavam habitações para classe média (LAVIERI e LAVIERI, 1999).



Fonte: Foto publicada no jornal O Norte em 25.12.1988.

Figura 1. Aterro nas margens do rio Jaguaribe durante as obras da Av. Epitácio Pessoa em 1933.

O crescimento da malha urbana no sentido sul, se verificou devido à implantação da Av. Cruz das Armas. Essa expansão está diretamente relacionada com a consolidação do corredor de comércio e serviços ao longo da estrada em direção aos estados vizinhos e cidades do interior. Desta forma, ocorre a incorporação do núcleo inicial do bairro de Cruz das Armas a malha urbana através de sua ligação com o bairro de Jaguaribe. Esses bairros, segundo (LAVIERI, 1999), na época caracterizada pela deficiência de serviços e infra-estrutura urbana, se encontravam ocupados pelas parcelas mais inferiores da estratificação social.

A maioria dos sítios e matas existentes próximos a área urbana foi pouco a pouco absorvida pelo crescimento da cidade, transformando-se em loteamentos para fins residenciais, restando, apenas, alguns destinados ao abastecimento da cidade. A área remanescente da Mata do Buraquinho, hoje configurada como a maior cobertura vegetal urbana do país, teve sua área preservada em função da desapropriação de vários sítios vizinhos para implantação das obras destinadas ao abastecimento de água da cidade, a partir do represamento do manancial do rio Jaguaribe localizado no seu interior (Rodriguez, 1994).

A Mata do Buraquinho, que no início do século XX possuía cerca de 2.000 a 2.500 ha, havia sido fragmentada em Reserva de Mangabeira, Mata da Penha, Mata do Altiplano e Mata de São Rafael (onde posteriormente foi implantada a Universidade Federal da Paraíba). Em 1932, o arquiteto carioca Nestor Figueiredo, contratado para executar um plano urbanístico para a cidade de João Pessoa, garantiu a manutenção do remanescente dessa área verde no coração da cidade ao incluí-la em seu planejamento como área de grande valor ambiental, havendo, portanto, necessidade de sua preservação.

Coutinho (2004) evidencia o processo de degradação ambiental associado à expansão da cidade ao afirmar que “a abertura de novas vias, como aconteceria

com a Avenida Epitácio Pessoa, trataria de quebrar o frágil equilíbrio ecológico de florestas atlânticas, manguezais, charcos, vales de rios e córregos espalhados pelo território da cidade”.

Segundo (Botelho, 1999) entende-se como bacia hidrográfica ou bacia de drenagem uma área drenada por um rio principal e seus tributários, sendo limitada pelos divisores de água. São redes de canais fluviais que drenam a água despejada pelas chuvas em uma área cercada por topografia mais elevada. A água das chuvas infiltra-se no solo e alimentam os aquíferos, reservatórios compostos por solos e rochas com fendas. A água armazenada forma o lençol freático que aflora no fundo dos vales em nascentes que alimentam os canais fluviais. Essas áreas são apontadas na atualidade como as mais indicadas unidades para manejo dos recursos naturais e identificação de suas alterações ao longo do tempo por se tratar de uma unidade física delimitada e com seus processos de funcionamento fáceis de serem identificados.

Em 1940 o Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) desviou a desembocadura original do rio na antiga foz no Bis para o rio Mandacaru, tributário do rio Paraíba. Contudo, maiores intervenções em sua bacia se deram a partir dos anos 70 fruto da política desenvolvimentista nacional na implantação de conjuntos habitacionais e obras viárias.

A década de 60 e uma população em torno de 135.000 habitantes se apresentam como um segundo momento de reestruturação na malha urbana de João Pessoa. A cidade, segundo Maia (1994), estimulada pela consolidação do processo de industrialização no Brasil, passa a incorporar áreas rurais periféricas aumentando significativamente a malha urbana que cresce nesse período 160% em relação à área urbana da década anterior. Até 1960 apenas 3,32% dos 452 km² (área total do município) era considerada área urbana. Na década de 70 a área total do município é reduzida (nova divisão territorial) para 189 km² permanecendo este valor até o recenseamento de 1991 quando passa a ser considerada uma área de 210,8 km².

Ocupação do vale do Jaguaribe

O vale do Jaguaribe tem sua ocupação restringida pelas leis 2.101, de 31/12/75, e 2.699, de 07/11/79 e pela Constituição do Estado. Ele acha-se incluído nas Zonas Especiais de Preservação dos Planos Diretores de João Pessoa, de 1974 e 1994. Apesar disso, a ocupação vem se processando de maneira muito rápida e segundo três diferentes modalidades:

- 1) *Ocupação desordenada, efetuada pela população de baixa renda, com predomínio de invasões (aglomerados subnormais ou favelas);*
- 2) *Conjuntos habitacionais, cuja origem está na ocupação informal consolidada e algumas invasões;*
- 3) *Conjuntos habitacionais (ocupação formal e legal), nos topos e encostas altas e invasões nas baixas encostas e terraços fluviais (MELO. 2001).*

Por conjunto deve ser entendido um agrupamento de casas ou de pequenos edifícios que foram construídos dentro do quadro da Política Nacional de Habitação Popular instituída em meados da década de 60. Esses conjuntos, paulatinamente, viram-se cercados por aglomerados de casas precárias resultantes dos modos de

apropriação informal do solo e de autoconstrução, normalmente designados pelos termos genéricos de invasão e favela.

O vale superior do rio Jaguaribe é alimentado por várias fontes e nascentes situadas desde sua nascente e finalizando no lago de barragem existente na Reserva Florestal, atual Jardim Botânico. Como parte integrante de sua nascente, existe um conjunto de lagoas, denominadas de Três Lagoas de Oitizeiro.

Segundo dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa (SEPLAN / PMJP) e da Fundação de Ação Comunitária (FAC), órgão do governo do Estado, a bacia do alto Jaguaribe acha-se ocupada por vários bairros e aglomerados subnormais. No trecho correspondente ao alto Jaguaribe tem-se: Jardim Veneza (um aglomerado), Bairro das Indústrias (um aglomerado), Costa e Silva (cinco aglomerados), Oitizeiro (cinco aglomerados), Cristo Redentor (oito aglomerados), Cruz das Armas (três aglomerados), Varjão “hoje denominado Rangel” (três aglomerados), e Jaguaribe (dois aglomerados). Alguns desses bairros e aglomerados estão inseridos na bacia do rio Jaguaribe, enquanto outros, apenas uma parcela de seu território.

A implantação do Distrito Industrial também nessa mesma área, através de incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), associada ao complexo viário, atendeu às diretrizes apontadas pela política de desenvolvimento em andamento no país. Contudo, a implantação do Parque Industrial próximo ao complexo viário, além de facilitar a circulação dos produtos produzidos, estimulou o mercado imobiliário que viu um potencial de investimento nas áreas adjacentes, fato que proporcionou a expansão e o adensamento urbano nesse trecho da bacia hidrográfica do rio Jaguaribe. Os que investiram nas áreas adjacentes ao núcleo industrial visaram se beneficiar, mesmo que indiretamente, dos serviços de infra-estrutura urbanos ali implantados.



Figura 2 O processo de urbanização acelerado da orla não cogita alternativas viáveis ou responsáveis.

2.1. Além da ocupação residencial desordenada

Existem muitos postos de gasolina localizados na área de. Os postos de gasolina quando não bem monitorados representam grande ameaça ao meio

ambiente, principalmente quando não passam por uma fiscalização rigorosa por parte dos órgãos responsáveis. Segundo (Lima, 2001) estudos realizados nos Estados Unidos, num universo De 1,1 milhões de tanques de combustíveis, revelou que aproximadamente 318 mil apresentaram vazamento de derivados de petróleo para o meio ambiente. Tomando como referência essa pesquisa, este autor supõe que a situação seja igual ou pior no Brasil e cita o Estado de Goiás como exemplo do que pode estar acontecendo no restante do país, por falta de uma fiscalização eficiente. Para se ter uma idéia são justamente os pequenos vazamentos os que mais causam problemas aos lençóis freáticos, tendo em vista que o combustível vai se infiltrando lentamente, vencendo a resistência do solo. Como geralmente não são detectados, permanecem por longo tempo liberando combustível e acabam enchando o solo e contaminando as águas superficiais. Já que não existe uma fiscalização severa, os donos de postos não se preocupam em identificar os pequenos vazamentos e acham que a perda resulta do processo de colocação do combustível nos tanques dos veículos e dos níveis normais de evaporação.

Estes argumentos geralmente, não são bem vistos pelos proprietários de postos de gasolina, que rebatem as acusações, afirmando que os postos de gasolina não apresentam problemas desse nível. Como sempre os proprietários de postos afirmam que estão cumprindo a legislação, levando a crer, que tudo está funcionando dentro das normas, o que não corresponde à realidade já que sem uma fiscalização sistemática e rigorosa, fica difícil fazer qualquer avaliação detalhada a respeito do assunto. As oficinas mecânicas também se enquadram neste contexto, porque fazem uso de grande quantidade de óleos e graxas. Quando se encontram próximas a residências, o barulho proveniente do desmonte de peças de automóveis é responsável por uma modalidade de poluição muito prejudicial à saúde humana, a chamada poluição sonora que afeta o sistema nervoso central, desenvolvendo no indivíduo a falta de concentração, distúrbios psicológicos e problemas de audição.

Na área da Bacia do Jaguaribe são encontradas inúmeras oficinas, mas o caso que mais chama atenção é a existência de uma oficina dentro do vale, construída em uma área aterrada nas proximidades do leito do rio, localizada nas imediações do Conjunto Residencial Castelo Branco, na principal via de circulação que dá acesso ao bairro de Miramar.



Figura 3 Posto de combustíveis na Avenida Castelo Branco.



Figura 4 Oficina de Automóveis na Avenida Castelo Branco Foto

MEDIDAS MITIGADORAS

Entendem-se como medidas de mitigação, as atitudes tomadas com finalidade de sanar o dano causado ou reduzi-lo a um nível mais baixo de impacto. No caso dos Problemas apresentados no trabalho a solução não das mais praticas, e certamente implicaria em um projeto visando um longo prazo para a sua realização completa, partindo das questões básicas de educação até a substituição das submoradias para edificações de padrão mais elevado. O processo de re-locação de populações provou-se ineficaz, visto que as famílias re-locadas alem de terem

criados vínculos com a vizinhança anterior, se instalaram nessas áreas devido a alguma facilidade seja de transporte, seja de educação, segundo os mesmos “sair de um lugar como este e ir para um pior... podem até me tirar daqui, mas acredite, eu vou voltar, pois ainda assim prefiro este lugar, a aquele que me deram naquele fim de mundo” (relato de dona Rozana, moradora do Vale do Timbó, em relação à pergunta: Se retirassem a senhora deste lugar, como a senhora acha que sua vida iria ficar?)

Como sugestão, a pesquisa aponta para a realização de obras que resolvessem os problemas de infra-estrutura dos locais afetados, visando minimizar os problemas sanitários e de saúde pública além da poluição hídrica, trazendo assim um aumento significativo da qualidade de vida das populações do entorno e proporcionando o início da recuperação do ecossistema.

Juntamente com essa primeira etapa, deveriam ser administradas campanhas de educação básica e ambiental junto à população visando um avanço no grau de instrução dessas populações, além da introdução de cursos capacitivos, para proporcionar instrução técnica e a inserção dos moradores no mercado de trabalho.

Como segunda etapa do plano deverá ser pensada uma maneira de agregar maior valor a área, realizando a construção de equipamentos públicos, incentivando a instalação de comércio mais específico, partindo assim para um passo mais ambicioso que é o de consolidar as habitações em outro padrão com a ajuda dos próprios habitantes em forma de cooperativas ou mesmo empregando-os nas obras. A melhor saída para a substituição dessas sub-moradias é a verticalização, mas seguindo os princípios suportáveis do meio, Essas edificações devem ser dotadas de boa estrutura, o número de células [apartamentos] deverá ser adequado ou excedente ao número de habitações presentes previamente no local, edifícios dotados de 25 ou mais andares resolveria o problema da ocupação e garantiria a manutenção das margens do rio livres da ocupação desordenada.

3. CONCLUSÃO

Analisando o atual estado dos problemas ambientais encontrados ao longo da bacia do Jaguaribe, conclui-se que muito a ser feito pelos gestores locais para que algum resultado prático possa ser observado, tais problemas são decorrentes em sua grande maioria por resultado das políticas irresponsáveis de habitação e uso e ocupação do solo, sem nenhum critério de preocupação com meio ambiente. Em uma bacia hidrográfica, por menor que seja, tomar tais medidas não é uma tarefa fácil, porém a espera por alguma solução realmente eficaz pode ser muito penosa, tanto para quem reside nessas áreas quanto para todos os indivíduos presentes que presenciam a degradação dos ecossistemas nesta bacia.

4. REFERÊNCIAS

BOTELHO, Rosângela Garrido Machado. “Planejamento Ambiental em Microbacias Hidrográficas”. In GUERRA, Antônio José Teixeira e SILVA, Antônio Soares da (Orgs.). Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 269-300. 1999.

COUTINHO, Marco Antonio Farias. Evolução urbana e qualidade de vida: o caso da Avenida Epitácio Pessoa – João Pessoa - PB. (Dissertação) Mestrado apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio

Ambiente – PRODEMA – Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, JOÃO PESSOA – PB 2004.

LAVIERI, B. “Evolução urbana de João pessoa pós-60”. In GONÇALVES, R.C. A questão urbana na Paraíba. Coleção História Temática da Paraíba, v. 3. Ed. Universitária. UFPB p. 39-65, 1999.

LEAL, A.T.; LEITE, N.B.F. Mata do Buraquinho: plano de proteção e integração à zona urbana de João Pessoa. Monografia de graduação. Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFPB, João Pessoa, 1993.

BRASIL. Lei nº 4.771, 15.09.1965. Institui o novo Código Florestal.

LEMOS, N. A.B. Bacia hidrográfica urbanizada e degradação ambiental: o alto vale do rio Jaguaribe – João Pessoa (Pb). (Dissertação) Mestrado apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, JOÃO PESSOA – PB 2005

LIMA, A.C.G. 2001. Fiscalização por órgão ambiental será ampliada. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/cidades/quarta.htm>>. Acessado em: 29 mar. 2008

MAIA, A. M.; DANTAS, D. C.; GALVÃO, S. C. 1984. João Pessoa – Evolução do uso residencial. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Monografia de Graduação. 35 p.

MELO, A.S.T.; ALVES, E. L.; RODRIGUEZ, J. L.; TAVARES, M. de A.; DANTAS, M.A.C.; GUIMARÃES, M.M.M.; GOMES, R. de L.P.; HECKENDORFF, W. D. 2000. “Aglomerados subnormais nos vales do Jaguaribe e do Timbó (João Pessoa – PB): análise geoambiental e qualidade do meio ambiente.” Departamento de Geografia de História, Universidade Institutos Paraibano de Educação – João Pessoa, Relatório, 128 p.

OLIVEIRA, F.B.. Degradação do Meio Físico e Implicações Ambientais na Bacia do Rio Jaguaribe - João Pessoa – Pb. RECIFE, PE 2001.

RODRIGUEZ W. Roteiro sentimental de uma cidade: João Pessoa. João Pessoa. Editora A União. 1994.140 p.